

CONFLAGRAÇÃO SERTANEJA: OS CAUAÇUS ENFRENTAM A FORÇA POLICIAL E OS CORONÉIS DA BAHIA NO SERTÃO DE JEQUIÉ

Domingos Ailton Ribeiro de Carvalho¹

RESUMO

Em Ituaçu, antigo Brejo Grande, duas famílias disputavam o poder local: os Silvas, chamados de "rabudos", e os Gondins, denominados de "mocós" (Araújo, 1997). Por conta do assassinato de um dos membros da família Cauaçu a mando de um dos líderes dos "rabudos" na região de Jequié, cidade do interior da Bahia, inicia-se uma luta entre as famílias que mobiliza pessoas de ambos os lados, assim como as autoridades locais. Líderes dos "rabudos", a exemplo do coronel Marcionílio de Souza (Novaes, 2009), passam a perseguir e matar membros da família Cauaçu e de seus aliados, dezenas de bandoleiros comandados por Anésia e seu irmão José Cauaçu. Pressionado pelos coronéis, o então governador da Bahia, Antônio Muniz, denomina o movimento armado dos Cauaços de "conflagração sertaneja" e envia para Jequié mais de 240 soldados em três expedições da polícia militar da Bahia. A força policial pratica uma série de atos violentos contra a população da região de Jequié. A violência foi denunciada por veículos da imprensa baiana (A Tarde, 1916). A comunicação propõe discutir as disputas pelo poder político em meio às lutas de família com ênfase no conflito entre os Silvas e os Cauaços ocorrido no sertão baiano entre os anos de 1911 e 1916.

PALAVRAS-CHAVE: Cauaços, Coronéis, Poder

ABSTRACT

In Ituaçu, former Brejo Grande (Great Swamp), two families competed for local power: the Silvas, called "rabudos", and the Gondins, called "mocós" (Araújo, 1997). On account of the murder of one of the Cauaçu family members, under the behest of one of the rabudo leaders, in the region of Jequié, town in the Bahia inland, a fight starts between the families mobilizing people from both sides, as well as the local authorities. Rabudo Leaders, like Colonel Mattos de Souza (Novaes, 2009), begin to chase and kill Cauaçu family members and their allies, dozens of *cangaceiros* (social bandits) led by Anésia Cauaçu and her brother José. Pressured by the colonels, the governor of Bahia, Antônio Muniz, called the armed movement of the Cauaços of "hinterland conflagration" and sent to Jequié more than 240 soldiers in three expeditions of the Bahia Military Police. The police force executes a series of violent acts against the population of the Jequié region and their violence was reported by the Bahian press (A Tarde, 1916). The communication proposes to discuss the political power struggles amidst the struggles of these families with emphasis on the conflict between the Silvas and the Cauaços occurred in the Bahian inland between the years 1911 and 1916.

KEYWORDS - Cauaços - Colonels - Power

¹ Domingos Ailton Ribeiro de Carvalho, mestre em Memória Social e Documento- UNIRIO, Grupo de Pesquisa: Sociedade e política no Brasil Imperial e Republicano, UNIRIO, domingosailton@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Os Cauaços praticaram atos pioneiros e peculiares do banditismo social no interior baiano, que necessitam ser melhor registrados e estudados.

O Dicionário Aurélio (1975) define os Cauaços como “Grupo de bandoleiros outrora existente nos sertões baianos”. Já o historiador Émerson Pinto de Araújo no livro *Nova História de Jequié* afirma que eles eram cangaceiros:

[...] O nome cangaço parece ter se originado da palavra canga, trava que sujeita o boi ao carro, análoga à canga que o cangaceiro usa para carregar víveres, armas e munição. Dentre os cangaceiros que atuaram nas circunvizinhanças de Jequié, os mais famosos foram os Cauaços. (ARAÚJO, 2006, p.261-262).

Em Ituaçu, antigo Brejo Grande, duas famílias disputavam o poder local: os Silvas, chamados de "rabudos", e os Gondins, denominados de "mocós". Esse conflito pelo poder local acaba ampliando seu raio de influência para outras localidades baianas como Jequié e Maracás e passa a envolver outras famílias.

Os integrantes da família Cauaçu viviam sem envolvimento com conflitos até que por vingança ingressaram no banditismo social como revela Émerson Pinto de Araújo:

Como é de praxe na história do banditismo, os Cauaços foram durante muitos anos modestos comerciantes, com pequenas fazendas de gado, espalhados pelos municípios de Jequié, Ituaçu, Amargosa, Brumado e Boa Nova. Bastante unidos, viveram pacatamente até que o dia em que um dos seus familiares, conhecido como Augusto, negou-se acompanhar Zezinho dos Laços, para quem trabalhava, quando este se dispunha a reencetar a luta contra os “mocós. Para sua perdição, o atrevimento da recusa foi acompanhado da alegação de que os Gondins e os Cauaços sempre mantiveram um bom relacionamento, não havendo motivos para participar da briga de terceiros. Poucos dias depois, no terreiro de sua casa, Augusto era assassinado por um cabra de Zezinho, conhecido como Tavares, enquanto Miguel Preto, outro jagunço, procurava dar cabo de Félix Cauaçu (ARAÚJO, 1997, p.263).

Anésia Cauaçu concedeu entrevista ao Jornal A Tarde cujo teor foi publicado em primeira página do diário no dia 25 de outubro de 1916, onde ela também explica a origem do conflito:

Daí começou a luta, José dos Laços mandou um camarada de nome Miguel Preto, matar o Felix Cauaçu, primo carnal do menino José, enquanto o Augusto era morto, no próprio terreiro de sua casa, por quatro camaradas do mesmo José dos Laços, só me lembrando do nome de dois, um Tavares o outro Clemente. Augusto ali ficou dois dias sem ser enterrado, porque o Zezinho (José dos Laços) não consentia nessa última homenagem prestada pela minha família².

Através de terceiros, Marcelino Cauaçu (irmão de Augusto) exigiu de Zezinho a entrega do criminoso, obtendo como resposta do chefe dos “rabudos” de que idêntico fim estaria reservado a quem tentasse enterrar o cadáver de Augusto. Chamado pela mãe da vítima, José Cauaçu deixou a localidade conhecida como Fedegoso para, dois dias depois, sepultar o primo, tendo a seu lado Marcelino e quatro homens armados que lhe fizeram companhia. Após o enterro, reunidos em conselho de família, os Cauaçus escolheram José para seu chefe, declarando guerra aberta a Zezinho e seus jagunços. Uma vez convertidos em bandoleiros, os Cauaçus, em sinal de luto, passaram a usar lenços pretos em torno do pescoço, cujas pontas eram introduzidas num argolão à altura do esterno. Contrastavam assim com os “rabudos” de Marcionilio Souza, que ostentavam lenços vermelhos ao pescoço e na ponta das repetições. A luta entre as duas facções se tornou intensa, principalmente depois que os Cauaçus mataram Zezinho dos Laços na Fazenda Rochedo, de propriedade de Cândido Meira, conforme noticiou o jornal “Diário de Notícias” de 04 de novembro de 1911. Em represália, Cassiano do Areão e Marcionilio de Souza, respectivamente irmão e cunhado de Zezinho, prepararam-se para dar cabo dos Cauaçus, já agora protegidos pelo chefe “mocó” Bernardino das Caraibas. Constantino José Fernandes, um ancião de oitenta anos, pai de Marcelino, foi morto por Vitoriano em Pau Ferro, o mesmo acontecendo ao próprio Marcelino, quatro meses depois. “A partir daí, os Cauaçus se entregaram de corpo e alma ao cangaço”, afirma Émerson Pinto de Araújo. Os ataques, até então circunscritos a Zezinho dos Laços e seus aliados, se converteram em saques à mão armada em diversas propriedades do interior baiano, exigindo a participação da força policial do Estado, que terminou por perpetrar crimes mais hediondos do que os praticados pelos próprios bandidos, independentemente dos confrontos envolvendo os “rabudos” e os Cauaçus.

A versão de que o ingresso dos Cauaçus no banditismo social decorreu do fato de que o chefe dos “rabudos” Zezinho dos Laços mandou assassinar Augusto Cauaçu por este

²Jornal A Tarde, Salvador, 25 de outubro de 1916. Caderno 01, p. 01

ter se recusado a participar de uma emboscada contra a família Gondim (os “mocós”), narrada por Anésia Cauaçu em entrevista ao *Jornal A Tarde* em 25 de outubro de 1916 e avaliada pelo historiador Émerson Pinto de Araújo nos seus livros sobre a história de Jequié, é contestada por descendentes dos “rabudos”. Charles Meira, bisneto de Zezinho dos Laços, em artigo intitulado “Rabudos X Cauaços”, publicado na Revista Cotoxó, edição de agosto de 2013, afirma com base em depoimentos dos netos de José Marques da Silva (Zezinho dos Laços), Osmar Marques da Silva e Laura Angélica da Silva que os “rabudos” viviam em harmonia com os Cauaços”, mesmo sendo adversários políticos e a paz entre as duas famílias foi quebrada quando a mula montada por um jagunço de Zezinho dos Laços atropelou “acidentalmente” uma porca pertencente a um dos membros da família Cauaçu. O animal, que estava na época de dar cria, morreu junto com seus filhotes. O fato provocou desentendimento entre o dono da porca, que queria receber indenização pela perda do suíno, e o jagunço, que não aceitou os argumentos apresentados. No dia seguinte, quando o jagunço de Zezinho dos Laços foi pegar a mula no mangueiro, encontrou-a morta. Sinais de perfuração de bala foram verificados na região da cabeça. O jagunço não fez nenhum comentário, apenas retirou as quatro ferraduras da mula e colocou na capanga. Três dias após o ocorrido, o proprietário da porca foi encontrado morto com as quatro ferraduras no pescoço.

A partir deste dia começou a desavença entre “Rabudos” e os “Cauaços”, devido a estes entenderem que o mandante do crime teria sido Zezinho dos Laços, mesmo ele tendo afirmado não ter participação no assassinato. Declarações da família dos “Cauaços” eram de que vingaria a morte de seu familiar e o alvo era o suposto mandante, José Marques da Silva³.

O artigo de Charles Meira revela uma memória em disputa.

Os Cauaços passaram a ser perseguidos pelos coronéis. Segundo João Reis Novaes tal perseguição tinha duplo significado. Por um lado, pesava a questão de honra, pois um membro de sua família fora assassinado e os responsáveis por tal ato deveriam ser punidos, caso contrário o poderio do coronel Marcionilio de Souza poderia sofrer ameaça, uma vez que a comunidade poderia entender que a não ocorrência de vingança seria sinônimo de fraqueza, o que incentivaria outras ações contra o chefe político maior dos “rabudos”. Em segundo lugar, estaria a questão política. Um dos líderes dos “rabudos” fora assassinado,

³ MEIRA, Charles, Revista Cotoxó, Jequié, nº XLI, p. 6-8, agosto de 2013

um elemento estratégico na luta pelo controle da região que antes integrava o município de Maracás. A não punição dos responsáveis abriria espaço para o fortalecimento político dos novos personagens que ingressavam no jogo político de então. Com a morte de Zezinho dos Laços, o coronel Marcionílio de Souza passou a operacionalizar o seu controle político sobre Jequié – que antes de 1897 pertencia ao município de Maracás – por meio das ações de seu filho Tranquilino Antonio de Souza que, para fazer prevalecer os interesses dos “rabudos”, lançou mão de métodos violentos, com o intuito de intimidar ou eliminar os seus adversários.

Como pode ser observado, o coronel Marcionílio de Souza agia de forma indireta na região de Jequié, não participando pessoalmente das lutas ali travadas. Fez a sua vontade prevalecer, em um primeiro momento, mediante as investidas de Zezinho dos Laços e, logo em seguida, com a morte deste, pelas ações do seu filho Tranquilino Antonio de Souza. Uma atitude que talvez possa ser entendida como uma forma de isentar-se das consequências negativas oriundas dos confrontos ali travados. (REIS, 2009, p. 69).

Pionerismo de Anésia Cauaçu

A participação de Anésia Cauaçu no banditismo social revela peculiaridades. As ações empreendidas por ela revelam uma mulher à frente do seu tempo como destaca este trecho do texto *Musas do Cangaço* de autoria do historiador Émerson Pinto de Araújo, publicado como prefácio do romance *Anésia Cauaçu*.

“O cangaço só poderia ter o sertão como palco, onde o sertanejo tem a aspereza da gleba em que vive. Os Cauaçus abraçaram o cangaço bem antes de Lampião, para vingar a morte de um familiar; Lampião, igualmente por vingança, depois de assistir seus pais abatidos por policiais. Lampião e os Cauaçus tiveram suas divas, tiveram suas musas. Maria Bonita acompanhando seu amado, repartindo com Lampião o desconforto da vida errante, do enfrentamento com a volante policial e os mil e um perigos dos saques e da luta armada. Já Anésia Cauaçu, que trazia na alma sofrida a encarnação da mulher nordestina, fumando cachimbo de barro, bebendo suas caipirinhas, conhecendo os golpes da capoeira e o manuseio das armas de fogo, sempre se impôs e se fez respeitar por sua personalidade forte de liderança. Se Maria Bonita sobrevivesse a Lampião seria lembrada tão somente pela sua fidelidade ao rei do cangaço. E só. O que não ocorreu com Anésia Cauaçu, que, ao combater Marcionílio de Souza, invadiu Jequié comandando vários jagunços, no dia 23 de junho de 1917, tendo o fato sido amplamente noticiado pelo jornal “*A Tarde*”, informando que, durante três dias, o comércio cerrou as portas e famílias buscaram segurança em outras

localidades. Segundo depoimento de Silvino Araújo, ao ingressar no cangaço, Anésia Cauaçu foi a primeira mulher da região a substituir a saia pela calça comprida e o silhão pela sela comum.” (AILTON, 2011,pp 9,10)

A liderança que Anésia Cauaçu mantinha no bando a diferenciava de outras mulheres que participaram de outros grupos do banditismo social como destaca Liniane Haag Brum: “Anésia, como se sabe, foi a primeira mulher a entrar para o cangaço. Diferentemente de Maria Bonita, jamais foi esposa do chefe do bando, mas, ao lado do seu irmão José, uma líder”.⁴

A atuação de Anésia Cauaçu tem sido também objeto de estudos acadêmicos e de textos ficcionais. Márcia do Couto Auad produziu a dissertação de mestrado *Anésia Cauaçu: Mulher – Mãe – Guerreira* (UNIRIO, 2001), o escritor Domingos Ailton escreveu o romance *Anésia Cauaçu* (Via Litterarum, 2011) e o músico Jonas de Carvalho compôs a canção *A Saga de Anésia Cauaçu* (inédita).

Expedições militares

O chefe do executivo estadual da época da atuação dos Cauaços na região de Jequié, J.J. Seabra, usando o poder da máquina administrativa do Estado conseguiu eleger o deputado federal Antônio Ferrão Moniz seu sucessor no governo da Bahia.

Descendente da antiga nobreza lusitana, Antônio Moniz, que era advogado, assumiu o governo baiano em abril de 1916. Ele e seu primo e cunhado, Moniz Sodré, entraram na política através de Seabra, mas não tinha jogo de cintura e nem era aberto ao diálogo, como seu antecessor. Durante sua gestão, criou uma série de atritos com alguns segmentos da sociedade baiana, como a classe comercial, e tomou medidas antidemocráticas, o que o tornou impopular. O romance histórico *Anésia Cauaçu* procura, com base no contexto da época, descrever a articulação feita pelo coronel Marcionílio de Souza e seu filho Tranquilino para que o poder executivo baiano enviasse a polícia objetivando combater os Cauaços.

Diante das inúmeras derrotas que vinha sofrendo no combate contra os Cauaços, coronel Marcionílio de Souza resolveu solicitar novamente a

⁴BRUM, Liniane Haag. Além do sertão. Revista Cotoxó, Jequié, n° XL, p. 17-18, julho de 2013

intervenção do governo estadual. Tranquilino escreveu uma carta para o governador Antônio Moniz pedindo providências para “livrar o povo do banditismo dos Cauaçu”. Incentivou, também, os moradores a escreverem cartas dizendo que a violência que vinha sendo praticada na região era por conta da ação dos Cauaçu. Em uma das cartas, um comerciante de Jequié, aliado do coronel Marcionílio de Souza, chegou a afirmar que os Cauaçu preparavam uma insurreição contra o governador estadual. Para acabar com a “conflagração sertaneja”, como foi batizado, pelo Executivo da Bahia, o movimento armado dos Cauaçu, o secretário de Segurança Álvaro Cova, o mesmo do governo Seabra, ordenou, ainda no mês de abril de 1916, quando Antônio Moniz tomou posse, uma expedição militar para a cidade de Jequié, a fim de combater os bandoleiros. Comandada pelo tenente José Pedro Simões, a primeira expedição saiu de Salvador com mais de 50 homens e a ordem foi a mesma dada na época da guerra de Canudos: deveria acabar com os bandoleiros, fossem homens, mulheres ou crianças. (AILTON, 2011, p. 180).

A primeira expedição enviada para Jequié ficou encurralada por conta da ação tática dos Cauaçu no sertão de Jequié, que passam a utilizar táticas de guerrilha para enfrentar a polícia. Em decorrência desse fato, o governo baiano envia a segunda expedição sob o comando do tenente-coronel Paulo Bispo do Nascimento. Naquela época as pessoas que viajavam de Salvador para Jequié embarcavam em um vapor na rampa do Mercado Modelo, desembarcavam em São Roque de Paraguaçu e seguiam viagem de trem que saía de Nazaré das Farias e ia até Santa Inês, uma vez que a Estrada de Ferro Jequié – Nazaré só foi concluída em 1927. De Santa Inês, localidade do Vale do Jiquiriçá, até o município de Jequié, o viajante era transportado por cavalos e burros ou se deslocava caminhando. No caso específico das expedições militares, seus comandantes eram transportados por animais e os soldados iam a pé.

Um fato curioso noticiado pelo *Jornal A Tarde* da época é descrito no romance *Anésia Cauaçu*, é que quase a força policial iria brigar sem munição. Outro dado digno de registro é que a expedição militar foi incorporada por presos, que praticavam roubos e bagunça nas ruas de Salvador.

Era a segunda expedição em reforço à primeira, que ficou encurralada por conta da ação tática dos Cauaçu no sertão de Jequié. Meia hora depois, a força policial marchou para a ponte de Navegação Baiana, onde já se encontravam o secretário de Segurança, o comandante de Brigada Policial, o ajudante de Ordem do governador e diversos oficiais do grupamento militar. Após dez minutos, chegou o tenente-coronel Paulo Bispo do Nascimento, visivelmente enfermo devido a uma forte gripe, com febre, que teve naqueles últimos três dias. Embora estivesse ainda doente, o militar se prontificou a realizar a viagem no comando da

expedição, levando como subalterno o alferes Cláudio de Paiva. Trocadas as despedidas com abraços e apertos de mão, o comandante embarcou junto com os soldados, que ficaram alojados na proa do “Valença”. O vapor já ia afastando-se para navegar sobre as águas calmas da Baía de Todos os Santos, quando o soldado Ezequiel de Souza notou que os cunhetos de munições tinham ficado em terra. Imediatamente, comunicou o fato ao secretário Álvaro Cova, que ordenou a um oficial para que providenciasse encaminhar, através de um barco, os cunhetos ao comandante da expedição. Por um triz, a força policial ia brigar sem cartuchos. Na manhã anterior ao dia da viagem para Jequié, o secretário da Fazenda, por ordem do governador, efetuou o pagamento do soldo do mês de abril aos oficiais e praças que seguiram com a expedição.

Prevendo que haveria feridos durante os combates, seguiu junto com a força armada o cabo enfermeiro Esmeraldo dos Santos Silva, conduzindo a ambulância para atender a qualquer socorro urgente. Seguiram também com a polícia militar desocupados que ficavam nas ruas da Velha Bahia dormindo ao relento; dezoito daqueles vagabundos já haviam sido presos várias vezes por causa da vadiagem em Salvador... (Ibidem, p. 180).

Paulo Bispo do Nascimento lutou na Guerra de Canudos, por isso, recebeu a patente de tenente-coronel.

Dia 16 de maio de 1916, o tenente-coronel Paulo Bispo chegou com sua expedição em Jequié, depois de 7 dias de viagem de Salvador.

Depois do contato com o tenente Simões, Paulo Bispo enviou um telegrama para o secretário de Segurança dando conta de que informações desencontradas diziam que os cangaceiros estavam dezesseis léguas distantes de Jequié, na região de Boa Nova. Dizia também o telegrama do tenente-coronel Paulo Bispo que a força policial estava disposta e satisfeita.

O vapor transportando a terceira expedição, comandada pelos alferes Francisco Gomes partiu do dia 25 de maio de 1916, de Salvador para Nazaré. Estiveram presentes no embarque da tropa o secretário de Segurança Pública, o comandante da Brigada Policial e vários oficiais.

]

Violência da força policial

Francisco Gomes, que era conhecido popularmente como Pisa Macio, praticou uma série de atos violentos. .

Seis dias depois que saiu de Salvador, a tropa chegou ao Baixão, uma localidade pertencente à Jequié, onde obrigou um homem comer lama simplesmente porque ofereceu uma comida caseira ao alferes, que queria degustar um “banquete”.

O alferes tinha ouvido dizer que os Cauaçu usavam chapéu de couro. Ordenou, por conta disso, que o pelotão fuzilasse pobres agricultores sem que, ao menos, procurasse interrogá-los por conta desses estarem usando chapéus de couro.

Caíram mortos ao detonar dos fuzis. E os cadáveres ficaram insepultos, para pasto dos urubus.

Soldados da tropa do Pisa Macio abusaram sexualmente de uma humilde mulher da roça.

Os Cauaçu travam vários combates com a força policial. Em um deles, José Cauaçu é ferido e morre 8 dias depois. Anésia é presa, mas depois é libertada, quando concede entrevista de primeira página na edição de 25 de outubro de 1916 do *Jornal A Tarde* sobre a história do bando.

A força policial continua praticando uma série de arbitrariedades contra a população jequiense e da região naquele segundo semestre de 1916.

O alferes Francisco Gomes crucifica um homem nas margens do Rio das Contas e lança crianças para o ar, que são amparadas com a ponta das baionetas, além de ordenar a matança de muitos outros inocentes cujo genocídio é denunciado na imprensa baiana por veículos como *Diário de Notícias* e *Jornal A Tarde*. Diversas pessoas da família Cauaçu são presas. A prisão de Maria Galiana Cauaçu, das filhas e netas menores ocorreu durante um ataque na fazenda próxima a Volta dos Meiras, onde os soldados da polícia militar e os jagunços praticaram barbaridades. Quando chegaram à sede da fazenda, encontraram Jovina (irmã de Anésia Cauaçu), que foi arrastada pelos cabelos e recebeu bofetões, só porque ela, pela sua inconsciência, rira-se vendo tantos homens. Idalina, que fora determinada por Paulo Bispo para acompanhar a tropa e os jagunços na batida à fazenda dos pais de Anésia Cauaçu, foi quem salvou Jovina, pedindo aos soldados piedade para ela, porque se tratava de uma pessoa com deficiência mental.

Depois, os soldados da tropa do tenente Simões e os jagunços de Marcionílio queimaram toda a roupa da família Cauaçu que havia nas malas de couro, deixando as mulheres, que foram presas, apenas com a roupa do corpo. Foram queimados também móveis e utensílios domésticos. Eles roubaram também vinte e cinco animais que pertenciam a José e Antônio e dois burros de Rufino Cauaçu, conforme depoimento de Anésia Cauaçu ao *Jornal A Tarde* em 25 de outubro de 1916.

Quando Anésia foi presa e se queixou do roubo dos animais, o tenente-coronel Paulo Bispo mandou restituir um dos burros. Os demais animais já tinham sido vendidos pelos soldados e jagunços, que ficaram com o dinheiro.

Da roupa, dos móveis e dos utensílios domésticos da casa, quatro jagunços, a mando de Tranquilino, fizeram uma grande fogueira, onde quiseram queimar Maria Galiana. Foi o alferes Cláudio quem a arrancou dos braços dos homens de Marcionílio de Souza, já com as saias chamuscadas.

Na mesma semana, Pisa Macio foi a Fedegoso, na outra fazenda de Rufino Cauaçu, e queimou todas as casas existentes na propriedade, em seguida, ao pé do Lajedo, invadiu a fazenda de Augusto Barros Meira, dando-lhe uma surra. Depois, queimou a sede da fazenda de Maximiliano Gomes da Silva, sogro de Anésia Cauaçu, um velho de mais de 60 anos que nunca se envolveu em conflitos. Horas depois, queimou a casa e a roça de Aristides Augusto da Rocha, irmão de Afonso, que saiu ileso, porque fugiu para o mato com a mulher e 12 filhos, sendo 8 moças e 4 crianças pequenas. A roça de milho, feijão e algodão de Aristides levou oito dias queimando.

As denúncias das atrocidades praticadas pela força pública em Jequié chegaram até a imprensa baiana. Os jornais que, no momento das primeiras expedições militares para Jequié, enalteciam a polícia, passaram a criticá-la. Os veículos de comunicação *A Tarde* e *Diário de Notícias* traziam manchetes de primeira página como estas: “*As monstruosidades de Jequié*” e “*Teremos uma ‘reprise’ de Canudos?*”

No dia 06 de setembro de 1916, o jornal *A Tarde* publicou a carta do médico Acrísio Bezerra, sob o título: “*Jequié não está pacificada? A força pública cometeu monstruosidades*”. Dizia o seguinte o texto escrito pelo Dr. Acrísio Bezerra, em Salvador:

Ilmo. sr. Redator d’A Tarde,

Para além da semicivilizada orla das costas brasileiras, existe um povo agreste e forte, que o gênio admirável Euclides da Cunha trouxe para comunhão nacional nas páginas de bronze de “Os Sertões”. Este povo tem vivido e cresce em completo abandono e desconhecimento dos Poderes Públicos com quem apenas se relaciona no pagamento de impostos e, vez e outra, na incursão pelas armas. Canudos e o Contestado são, nos tempos modernos, o flagrante da imprevidência dos dirigentes da Nação. A ignorância, mais que tudo, a falta de garantia individual e descrença na justiça relativa são ali geratrizes dos crimes maiores e comoções sociais.

Oriundo desses males surgiu em Jequié, não faz muito tempo, um movimento à mão armada, alterando o plácido viver na localidade.

Não se fez esperar a solicitada intervenção do governo estadual, que iniciava sua administração sob os melhores auspícios, numerosa força policial, voltando afora coberta de renome e galardoada de recompensas merecidas. Surpreendeu-me aqui tanta bravura e heroísmo que os próprios autores se incumbiram de divulgar em entrevistas numerosas e repetidas pelos jornais desta capital. Sou filho dos ressequidos sertões longínquos, nada, porém, me admira e, em minha matuta observação, também penso como a palavra oficial nem sempre é fonte lídima aos comentários da história que, para os fatos vertentes, deve ser escrita de modo diferente. O bando dos Cauaçu não desapareceu: José Cauaçu, graças à intervenção de jagunços paisanos, recebeu ferimentos em uma emboscada e, se morreu, foi à míngua de cuidados convenientes. Os seus irmãos e demais companheiros, capitaneados pelo velho Cauaçu, seguiram em segurança para onde ninguém os persegue. Foram apenas denunciados... Voltarão em breve?!...Esta é a face real, sem outros que a verdade, dos últimos acontecimentos de Jequié. O reverso é um rol hediondo de crimes incontáveis e depredações praticadas pelos da força policial. Tenho “arrolado” parte desses “feitos brilhantes”, enumerarei oportunamente, desde o assassinato com requintes de perversidade sob a aleivosa declaração de ser de ordem superior aos sem conta atentados ao pudor e violências de toda a espécie.

Antônio Silvino e Jesuíno Brilhante, os mais destemerosos e afamados valentes do norte, não fizeram tanto, é exato que, durante anos e anos de vida sob o cangaço, matavam seus inimigos e os desafetos dos seus amigos; mas nunca desonraram um lar sertanejo, embora humilde e pobre; sempre pagaram o que compravam e não comiam de graça, extorquindo quem os hospedasse. Os pacíficos e laboriosos habitantes das margens do Rio das Contas, do Rio do Peixe, das matas da Preguiça, do Vieira etc. ficaram conhecendo o valor dos mantenedores da ordem, pagos para tal, que matavam por conta da ordem do governo e se vangloriavam, com tripúdio, da saciação dos sentimentos bestiais. As vítimas são conhecidas, os criminosos, sabidos. O local fica perto. Providencie com justiça quem de direito. (BAHIA, 4 de setembro 1916.)

Acrísio Bezerra⁵

Por intermédio de Antônio Valverde, o médico Acrísio Bezerra encaminhou, nove dias depois, um caixão contendo três crânios pertencentes ao sr. José Silva e seus filhos, moradores de Lameiro, juntamente com outra carta-denúncia relatando novos assassinatos cometidos pela força policial na região de Jequié. A violência da polícia foi denunciada pelo jornal “Tarde” e população jequeense manifestou indignação com o fato como revela o historiador Émerson Pinto de Araújo:

A extorsão, o furto e o crime partidos da própria polícia campearam impunemente, ficando como marco de tais ignomínias o Morrinho da Matança, em Curral Novo. Lá, na calada da noite, os supostos informantes dos Cauaçu eram torturados e mortos a golpes de sabre

⁵Jornal A Tarde, Salvador, 25 de outubro de 1916. Caderno 01, p. 04.

para gáudio da soldadesca, que celebrava o acontecimento esvaziando litros e litros de aguardente. Tudo isso e muito mais foi retratado pelo jornalista Silva Viana nas redações do jornal “A Tarde” do mês de outubro de 1916. O referido órgão de imprensa, para conhecimento público, chegou a exibir várias caveiras de pessoas assassinadas pela fúria policial, bem como a seguinte mensagem da população jequiense: ‘ *Dr. Governador: Por favor não se lembre mais de nós. Deixe-nos com os Cauaçu e não nos mande mais a polícia para cá*’. (Ibidem, p.267).

Pisa Macio passou a ser símbolo de terror entre o povo e as gerações mais velhas passaram a contar a violência praticada pelo alferes para as gerações mais novas e para pessoas de outras localidades que não viram de perto a monstruosidade dos policiais e dos jagunços.

Ataques e acusações entre o tenente-coronel Paulo Bispo e o alferes Francisco Gomes, o Pisa Macio, passaram a ser constantes, com os jornais publicando cada uma das versões dos militares.

O tenente-coronel Paulo Bispo dizia que o alferes Francisco Gomes agiu por conta própria e cometeu arbitrariedades com as quais ele não concordava. Por sua vez, Pisa Macio falava que recebeu ordens do tenente-coronel para não deixar pedra sobre pedra e atacar com veemência os Cauaçu. Acusou também Paulo Bispo de fazer agiotagem com o dinheiro que recebera do governo e se reportou, ainda, a respeito da violação dos lares na carta que enviou ao jornal *A Tarde*.

Pisa Macio não conseguiu convencer a opinião pública. O governo de Antônio Moniz recebeu muitas cartas de vários segmentos da sociedade baiana pedindo punição para os militares que cometeram arbitrariedades em Jequié e região.

Para apurar as constantes denúncias realizadas pela imprensa, o governo baiano resolveu instaurar um inquérito policial-administrativo que foi presidido pelo secretário de Polícia, Álvaro Cova, nomeando para o cargo de delegado regional de Jequié Augusto César. O novo delegado dirigiu-se para Jequié, acompanhado de um comandante de ordens e dois praças, com a missão de apurar a veracidade das denúncias a respeito dos crimes cometidos pela polícia. Foi criado, também em Salvador, um Conselho Militar de Investigação, composto pelos tenentes-coronéis Marques dos Reis, João Borges e João Henrique de Farias, majores Alberto Lopes e Appio Novaes e o capitão Munford, que teria a missão de julgar, de acordo com as informações que deveriam ser fornecidas pelo delegado regional, as ações dos denunciados de acordo com o Código Penal.

Por conta da pressão da opinião pública e das reportagens veiculadas nos jornais

baianos, o governo estadual demitiu o alferes Francisco Gomes, o Pisa Macio.

A revolta da opinião pública contra as atitudes da força pública crescia em Salvador. Pisa Macio bebia tranquilamente cerveja no “Bar Continental”, na Rua Santos Dumont. Populares que passavam em frente ao bar pararam para observar o ex-militar. Curiosos, quando viram o movimento de gente e os comentários a respeito da sangrenta expedição que ele realizara na região de Jequié, também se aglomeraram na frente e no interior do estabelecimento comercial. Quando notou a presença revoltosa de populares observando-o, Francisco Gomes mudou de fisionomia: a intranquilidade tomou conta do seu semblante.

Naquele momento, um grito partiu da rua:

–Assassino!

Ele levantou-se e, passo apressado, contornou o prédio da esquina que davapara a velha Alfândega. Um grupo de curiosos acompanhou-o e um grito uníssonu repercutiu alto:

– Pisa Macio, assassino.

Ao clamor, os transeuntes foram parando e incorporando-se aos que protestavam.

Eram já dezenas de pessoas diante do Banco Alemão, onde o ex-alferes passava. O ambiente tornava-se pesado. Pisa Macio tomou um bonde que passava em direção a Itapagipe e desapareceu, fugindo de uma vaia e de gritos cada vez mais fortes:

– Assassino, assassino.

O delegado regional Augusto César apurou as denúncias dos crimes praticados pela força pública em Jequié. Depois, retornou para Salvador, onde entregou um relatório contendo mais de 60 depoimentos que apontavam os crimes cometidos pelo tenente-coronel Paulo Bispo do Nascimento, pelos alferes Francisco Gomes de Oliveira, o Pisa Macio, e Cláudio Correia, além de outros militares de menor patente, mas muitas informações registradas no relatório foram ignoradas. O Conselho Militar de Investigação, por unanimidade de voto, julgou improcedentes as acusações aos oficiais sob o seu comando na expedição à zona de Jequié. Apenas Francisco Gomes de Oliveira, o Pisa Macio, por forte pressão da opinião pública, foi exonerado, e Cláudio Correia esteve preso por um período de 25 dias. O governador Antônio Moniz não desejava a apuração e a punição dos crimes ocorridos na região de Jequié pela força pública. Fez apenas um jogo de cena para tentar dar uma satisfação ao povo baiano. Sempre que a imprensa denunciava as irregularidades ocorridas no decorrer do processo, o governo mostrava-se “interessado”

em elucidar os fatos, encaminhando o caso para ser analisado em outras instâncias. O secretário de Polícia, Álvaro Cova, enviou o inquérito para apreciação do Ministério Público após o veredito tendencioso proferido pelo Conselho de Investigação, mas os resultados não foram alterados e as punições continuaram as mesmas estabelecidas pelo Conselho de Investigação.

A “Conflagração Sertaneja” não é o mesmo “Levante Sertanejo” que, conforme indicam pesquisadores, foi uma articulação de coronéis da região da Chapada Diamantina contra o “seabrismo”, que contou inclusive com a participação do coronel Marcionílio de Souza, inimigo dos Cauaçu. Enquanto a “Conflagração Sertaneja” foi um conflito ocorrido entre os anos de 1916 e 1917, o “Levante Sertanejo aconteceu entre os anos 1919 e 1920.

O enfrentamento dos Cauaçu ao poder dos coronéis e da força policial da Bahia revela um importante acontecimento do interior baiano do período da Primeira República. O estudo desse conflito contribuirá para uma melhor compreensão da resistência sertaneja à política coronelística das primeiras décadas do século XX.

Referências

- AILTON, Domingos. **Anésia Cauaçu**. Itabuna: Via Litterarum, 2011.
- ARAÚJO, Émerson Pinto de. **Capítulos da História de Jequié**. Salvador: EGB, 1997).
- _____, Émerson Pinto de. **História de Jequié**. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1971).
- _____, Émerson Pinto de. **Nova História de Jequié**. Salvador: Gráfica Santa Helena, 2006).
- AUAD, Márcia do Couto. **Mulher – Mãe-Guerreira** (Rio de Janeiro: UNIRIO, 2001).
- BAHIA, Jornal A Tarde, 06 de setembro de 1916.
- _____, Jornal A Tarde, 25 de outubro de 1916.
- BAHIA, Revista Cotoxó, agosto de 2013.
- _____, Revista Cotoxó, julho de 2013.
- NOVAES, João Reis. **De tropeiro a coronel: ascensão e declínio de Marcionílio Antônio de Souza (1915-1930)**: Salvador: UFBA, 2009.